

RESPOSTA ESPERADA – PROVA DIDÁTICA

ÁREA DE CONHECIMENTO: Teoria Econômica e Desenvolvimento

DATA DA PROVA: 28/02/2026

PONTO SORTEADO: 7 – Os pioneiros do Desenvolvimento Econômico: Ragnar Nurkse, Arthur Lewis e Paul Rosenstein-Rodan.

Espera-se que o candidato desenvolva a estrutura teórica e analítica abaixo:

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA

O candidato deve apresentar a contextualização histórica e teórica e situar o surgimento da economia do desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial, evidenciando a ruptura com o *laissez-faire* clássico. Demonstrando que o subdesenvolvimento passou a ser interpretado como condição estrutural, e não uma etapa transitória. Além disso, introduz-se a necessidade de intervenção estatal e transformação estrutural como fundamentos analíticos centrais.

2. DESENVOLVIMENTO DO TEMA

2.1. Paul Rosenstein-Rodan – O “Big Push”

A industrialização não ocorre de forma espontânea nas economias atrasadas, pois a falha de coordenação entre investimentos impede a formação de um processo cumulativo de desenvolvimento. A teoria do Big Push sustenta que é necessário um volume mínimo crítico de investimentos simultâneos e articulados entre setores. As economias externas e a complementariedade intersetorial ampliam os retornos e reduzem riscos individuais. Nesse contexto, o Estado assume papel central na coordenação e viabilização da transformação estrutural.

2.2. Ragnar Nurkse – O Círculo Vicioso da Pobreza

O subdesenvolvimento se perpetua por meio do círculo vicioso da pobreza, no qual a baixa renda limita a poupança, o investimento e a produtividade. As restrições atuam simultaneamente pelos lados da oferta e da demanda, comprimindo o mercado interno. Para romper esse padrão, torna-se necessária a expansão coordenada dos setores produtivos, o que exige atuação ativa do Estado na mobilização da poupança, no estímulo ao investimento e na superação das falhas de coordenação. O crescimento equilibrado, sustentado por essa intervenção, é condição central para superar a armadilha estrutural.

2.3. Arthur Lewis – O Modelo de Oferta Ilimitada de Mão de Obra

O modelo dual de Lewis explica a transformação estrutural nas economias subdesenvolvidas pela transferência de mão de obra excedente do setor tradicional para o setor moderno. Esse movimento sustenta o crescimento por meio da expansão industrial. A acumulação de capital e o reinvestimento dos lucros são o motor do processo. Quando o excedente de trabalho se esgota, ocorre a elevação salarial.

3. FECHAMENTO SINTÉTICO

No fechamento da aula, o candidato poderá extrapolar a exposição teórica, articulando uma comparação analítica entre os três pensadores e evidenciando suas convergências e distinções explicativas. Poderá relacionar falhas de coordenação (Rosenstein-Rodan), restrição do mercado interno (Nurkse) e dualidade estrutural (Lewis) como diferentes dimensões de um mesmo problema estrutural. Também poderá mencionar experiências recentes de desenvolvimento e desafios atuais das economias emergentes para demonstrar a atualidade crítica dessas abordagens. O encerramento poderá evidenciar capacidade de síntese, atualização teórica e aplicação prática dos conceitos.

Observação: A prova didática será realizada em sessão pública, com duração mínima de 40 (quarenta) e máxima de 50 (cinquenta) minutos, com gravação para efeito de registro, avaliação e recurso. Caso a duração da apresentação da prova didática não alcance o mínimo de 40 (quarenta) minutos, o candidato será eliminado desta fase do concurso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR FEDERAL

EDITAL REITORIA/UFR Nº 32/2025

EDITAL COMPLEMENTAR REITORIA/UFR Nº 1/2026

RESPOSTA ESPERADA – PROVA DIDÁTICA

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Contábeis

DATA DA PROVA: 01/03/2026

PONTO SORTEADO: 3 – Métodos de Custeamento.

Espera-se que:

O candidato deve apresentar o tema com domínio teórico-prático do seu campo de saber, incluindo os seguintes itens:

1. DEFINIÇÃO DE CUSTEIO E MÉTODOS DE CUSTEAMENTO

Definição de Custeio

Custeio é o processo de identificação, mensuração, registro e alocação dos custos de uma organização aos seus produtos, serviços ou atividades.

Objetivo: fornecer informações para a formação de preços, controle de gastos, apuração de resultados e tomada de decisões gerenciais. Após definir o que é custeio deverá na sequência esperada definir o que é o Objeto de custeio e os métodos de custeamento.

Definição de Objeto de Custeio e Métodos de Custeamento

O **Objeto de custeio** tradicionalmente é o produto ou serviço. Contudo, sob a perspectiva gerencial moderna, o conceito é ampliado e pode abranger clientes, linhas de produtos, departamentos, projetos, atividades, canais de distribuição, contratos ou até unidades de negócio. Em essência, objeto de custeio é toda unidade econômica sobre a qual se pretende atribuir custos para fins de controle, avaliação de desempenho, precificação ou tomada de decisão. O objeto de custeio representa o núcleo analítico da Contabilidade de Custos. Sem sua definição clara, não há racionalidade na apuração, nem utilidade na informação gerada. Ele materializa o propósito informacional do sistema de custos e orienta toda a estrutura de acumulação, mensuração e análise dos gastos organizacionais. A seguir define-se que métodos de custeios são os critérios utilizados para distribuir os custos aos produtos ou serviços, determinando quanto cada item realmente consome de recursos. Após essas duas definições deverá passar a falar sobre as características de cada método.

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS MÉTODOS DE CUSTEAMENTO EXISTENTES: DIRETO VARIÁVEL, ABSORÇÃO E ABC

Após definido o que são métodos de custeamento e o que é objeto de custeio deverá apresentar as características de cada método apresentado:

I) Quanto ao custeio variável, espera-se que o candidato relate sobre a importância desse método para as tomadas de decisões, bem como sobre o efeito desse critério na apuração da margem de contribuição e na relação custo/volume/lucro. Além disso, espera-se que explique sobre as características desse custeamento na

alocação dos custos diretos e variáveis ao produto/serviço/processo. Por fim, fale também sobre a importância desse método no processo de Planejamento e de tomada de decisões gerenciais;

II) Quanto ao método por Absorção, o candidato deve discorrer sobre as características desse método em alocar todos os custos de fabricação ao produto, processo ou serviço. Por causa dos custos comuns, é importante que também fale sobre os critérios de rateios dos custos indiretos (CIF) aos produtos/serviços;

III) Quanto ao método de custeamento pelo ABC, espera-se que o candidato relate sobre a importância desse critério na apropriação dos custos por atividades, tais como ordens de produção, requisição de materiais, manutenção e outras. Deverá **diferenciar rateio de rastreamento**, identificar os direcionadores de custos do método, demonstrando que eles se dividem em dois tipos principais: direcionadores de recursos (primeiro estágio, alocam custos aos departamentos/atividades) e direcionadores de atividades (segundo estágio, alocam custos das atividades aos produtos/serviços). Deve também relatar sobre a importância de atribuição dos custos às atividades que os consomem para fins de exatidão /acurácia na apuração dos custos.

Por meio das características de cada método de custeamento adotado, espera-se que discorra sobre o efeito que cada método adotado provoca no resultado contábil das organizações e ainda aborde sobre qual método é aceito pela legislação.

3. PROCEDIMENTOS DOS MÉTODOS

Depois das características de cada método de custeamento, é importante falar sobre os procedimentos que deverão ser adotados para alocar os gastos ao produto e ou serviços de acordo com cada método adotado. Nessa etapa o candidato deverá **exemplificar** modelos de alocação de custos adotando os diversos métodos apresentados na aula, diferenciando o impacto no resultado que cada método proporciona. Esta demonstração poderá ser feita montando um quadro comparativo final utilizando um exemplo prático simples.

4. CONCLUSÃO DIDÁTICA

Deverá demonstrar um raciocínio lógico, evidenciando seu conhecimento sobre o tema destacando que os métodos de custeamento não são excludentes. A escolha do método depende do objetivo da informação. Os métodos de custeamento são ferramentas essenciais para a gestão das organizações, pois permitem identificar quanto realmente custa produzir um bem ou prestar um serviço. **Cada método atende a um propósito específico:** o custeio por absorção é voltado às exigências contábeis e fiscais; o custeio variável apoia a análise gerencial e a tomada de decisões; e o custeio baseado em atividades (ABC) proporciona maior precisão na alocação dos custos indiretos, contribuindo para uma gestão mais estratégica.

Assim, mais importante do que escolher um único método é compreender que eles são complementares. A utilização adequada dessas informações possibilita melhor controle dos custos, formação de preços mais eficientes e decisões mais seguras, contribuindo para a sustentabilidade e a competitividade da organização.

Observação: A prova didática será realizada em sessão pública, com duração mínima de 40 (quarenta) e máxima de 50 (cinquenta) minutos, com gravação para efeito de registro, avaliação e recurso. Caso a duração da apresentação da prova didática não alcance o mínimo de 40 (quarenta) minutos, o candidato será eliminado desta fase do concurso.

RESPOSTA ESPERADA – PROVA DIDÁTICA

ÁREA DE CONHECIMENTO: Teoria do Direito e Direitos Especiais

DATA DA PROVA: 28/02/2026

PONTO SORTEADO: 4 – Direito Agrário: Regularização fundiária – análise das repercussões socioeconômicas no zoneamento rural brasileiro.

Espera-se que o candidato apresente o tema com domínio teórico-prático do seu campo de saber, estruturando a exposição com introdução, desenvolvimento e conclusão, e demonstrando articulação entre fundamentos teóricos do Direito Agrário, legislação aplicável e análise crítica das repercussões socioeconômicas da regularização fundiária no contexto do zoneamento rural brasileiro.

No plano introdutório, o candidato deve situar o Direito Agrário como ramo jurídico autônomo, destacando a centralidade da função social da propriedade rural (art. 186) e sua conexão com os objetivos da ordem econômica (art. 170) e da política agrícola e fundiária. Deve, ainda, contextualizar historicamente a questão fundiária no Brasil, marcada por concentração de terras, conflitos agrários e informalidade dominial, evidenciando a necessidade de políticas de regularização fundiária como instrumento de justiça social e desenvolvimento rural sustentável.

No desenvolvimento, espera-se que o candidato contemple, com adequada profundidade, a maioria dos eixos temáticos a seguir indicados:

1. Fundamentos teóricos do Direito Agrário e da regularização fundiária;
2. Conceito e autonomia do Direito Agrário, conforme doutrina clássica e contemporânea (no diálogo com a função social);
3. A função social da propriedade como categoria estruturante, na perspectiva constitucional e infraconstitucional (Estatuto da Terra – Lei nº 4.504/1964);
4. A regularização fundiária como instrumento de efetivação de direitos fundamentais (moradia, trabalho, alimentação, dignidade da pessoa humana) e de concretização da justiça distributiva no campo;
5. Marcos normativos da regularização fundiária rural, tais como: Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e legislação correlata; Lei nº 11.952/2009 (regularização fundiária na Amazônia Legal) e suas alterações; Lei nº 13.465/2017 e seus reflexos na regularização rural e urbana;
6. Atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e políticas de titulação;
7. Relação entre regularização fundiária e cadastros territoriais, especialmente o CAR (Cadastro Ambiental Rural), no âmbito do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural;
8. Zoneamento rural e ordenamento territorial;
9. Conceito de zoneamento rural e sua função no planejamento do uso e ocupação do solo;
10. Integração entre regularização fundiária e planejamento territorial: compatibilização entre titulação de terras, proteção ambiental, produção agrícola e sustentabilidade;
11. Conflitos entre expansão da fronteira agrícola, proteção de biomas (como Cerrado e Amazônia) e direitos de povos tradicionais;
12. Repercussões socioeconômicas da regularização fundiária no zoneamento rural brasileiro;
13. Segurança jurídica da posse e estímulo ao investimento produtivo;
14. Acesso ao crédito rural e políticas públicas (PRONAF), com impacto na agricultura familiar;

15. Redução de conflitos fundiários e fortalecimento da governança territorial;
16. Riscos de grilagem, especulação imobiliária e concentração fundiária quando a regularização não é acompanhada de critérios socioambientais rigorosos;
17. Impactos na arrecadação tributária municipal (ITR) e na formalização das atividades econômicas rurais;
18. Inter-relação entre regularização fundiária e políticas de desenvolvimento regional, especialmente em estados como Mato Grosso.

Deverá o candidato estabelecer diálogo com a bibliografia contemporânea, notadamente a obra de Oliveira e Mendes (2025), na qual se discutem os desafios atuais da governança fundiária, sustentabilidade e inovação no campo, bem como a necessidade de integração entre Direito Agrário, Direito Ambiental e políticas públicas territoriais.

Também se espera que o candidato dialogue com autores como José Afonso da Silva (2020), na análise da função social da propriedade e da ordem econômica constitucional, e Paulo Bonavides (2020), ao tratar da força normativa da Constituição e da concretização dos direitos sociais no espaço rural.

No plano crítico, o candidato deve problematizar a tensão entre regularização fundiária como política de inclusão social e seu eventual uso como mecanismo de consolidação de ocupações irregulares em áreas ambientalmente sensíveis. Além de destacar o papel do Estado na mediação entre desenvolvimento econômico e proteção socioambiental. Além disso, deve deixar evidente a necessidade de integração entre regularização fundiária, zoneamento rural e planejamento sustentável, sob pena de agravamento das desigualdades regionais.

Na conclusão, espera-se que o candidato sintetize a regularização fundiária como instrumento jurídico-político essencial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, destacando que suas repercussões socioeconômicas dependem da articulação entre segurança jurídica, função social da propriedade, proteção ambiental e políticas públicas de ordenamento territorial. Deve evidenciar que, no contexto do zoneamento rural brasileiro, a regularização fundiária não pode ser analisada apenas como mecanismo registral, mas como estratégia estruturante de transformação socioeconômica e efetivação dos direitos fundamentais no campo.

Observação: A prova didática será realizada em sessão pública, com duração mínima de 40 (quarenta) e máxima de 50 (cinquenta) minutos, com gravação para efeito de registro, avaliação e recurso. Caso a duração da apresentação da prova didática não alcance o mínimo de 40 (quarenta) minutos, o candidato será eliminado desta fase do concurso.